

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

---

# DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

---

PATRUS ANANIAS

BRASÍLIA

2010



CICLO DE PALESTRAS

---

DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E  
COMBATE À FOME

---

PATRUS ANANIAS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República  
Secretaria de Assuntos Estratégicos  
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares  
70052-900 Brasília, DF  
Telefone: (61) 3411.4617  
Site: [www.sae.gov.br](http://www.sae.gov.br)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

---

DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E  
COMBATE À FOME

---

PATRUS ANANIAS

PALESTRA PROFERIDA EM 04/02/2010



BRASÍLIA, 2010

Degração:

Adrienne Moura

Gabriela Campos

Raul Oliveira

Projeto Gráfico:

Rafael W. Braga

Revisão:

Sarah Pontes

Coordenação:

Walter Sotomayor

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

**C568**

Ananias, Patrus.

Ciclo de palestras: Desenvolvimento Social e Combate à Fome/  
Patrus Ananias. Brasília: Presidência da República, Secretaria de  
Assuntos Estratégicos - SAE, 2010.

56 p.

1. Políticas Públicas 2. Desenvolvimento Social – Brasil.  
3. Combate à fome – Brasil. I Presidência da República, Secretaria de  
Assuntos Estratégicos. II. Patrus Ananias

**CDD - 350**

---

## PALESTRA DO MINISTRO PATRUS ANANIAS

Começaremos por um breve panorama histórico da questão social do Brasil, que se caracteriza pela enorme dívida social. Começa lá nas capitânicas hereditárias – penso que não devemos esquecer-las. Na minha avaliação e na de alguns historiadores, aí começa a relação promíscua entre o público e o privado no Brasil. Os donatários tinham benefícios e, mais que isso, poderes públicos. Podiam, por exemplo, condenar à morte escravos, índios e peões, pela legislação da época. E as pessoas mais gradas (notáveis) podiam ser deportadas, sofrer a pena do degredo por até dez anos. Ao mesmo tempo, os donatários auferiam lucros privados. Começa aí também o problema da concentração da terra no Brasil. Depois das capitânicas hereditárias, vieram as sesmarias, aquelas extensões enormes de terra.



Vinculado às sesmarias, o problema do coronelismo, um poder dentro do Estado, sempre com essa relação, com esse comprometimento do público, a privatização do Estado brasileiro, o problema da escravidão, que também é muito sério.

Para se ter uma ideia, quando foi abolida a escravidão, pouco antes de 13 de maio de 1888, o que se discutia era se os senhores de escravos seriam ou não indenizados pela perda da sua propriedade. Não foram indenizados, mas os escravos foram jogados na rua da amargura. Nenhum direito social, nenhuma política de inclusão, nenhum acesso à terra, como queria Joaquim Nabuco – é bom lembrá-lo neste ano em que comemoramos o centenário da sua morte. Joaquim Nabuco pretendia que se fizesse a abolição com política de inclusão, até mesmo com reforma agrária, já naquele tempo. Isso não foi feito.

A questão do genocídio indígena deixou uma herança pesada do ponto de vista social, da exclusão, da pobreza, da miséria. As manifestações que Euclides da Cunha chamou de revoltas sertanejas expressam muito isso, o Brasil pobre e esquecido do interior. Os cabanos do Pará, os balaios do Maranhão, os sabinos na Bahia. Numa perspectiva mais urbana, os praieiros, em Pernambuco, e Canudos, na Bahia, que teve o seu historiador – as outras não tiveram. Ninguém sabe exatamente o que aconteceu com os cabanos do Pará, o nível da violência, da repressão, de mortes etc.



A política social do Brasil, durante muitos anos, foi feita por meio da filantropia. Da Igreja Católica, especialmente. Depois vieram outras igrejas cristãs não católicas, espíritas, e as pessoas de bom coração, pessoas boas que acolhiam os mais pobres. Tivemos algumas leis anteriores, nos anos 1920, como a Lei de Eloy Chaves, e o surgimento do movimento de algumas categorias profissionais de trabalhadores, como os ferroviários, mas a questão social emerge efetivamente no Brasil depois da Revolução de 1930.

A primeira Constituição do Brasil que incorporou o tema dos Direitos Sociais foi a de 1934. Tivemos, no período Getúlio Vargas, do Estado Novo, em 1943, a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT incorporou os trabalhadores urbanos. Não foram incluídos os trabalhadores rurais nem os trabalhadores informais. Ficaram também à margem da proteção legal pessoas desempregadas, subempregadas, os pobres, os excluídos, idosos, pessoas com deficiência, famílias e crianças em situação de maior carência.

O Estatuto do Trabalhador Rural é de 1963, ainda no período do governo de João Goulart, e foi sendo implantado aos poucos. Tivemos também outros fatores relevantes, nos anos 1960 e 1970, durante a ditadura. Mas vou dar um depoimento para vocês terem uma ideia da extensão do problema social no Brasil. Fui criado no interior de Minas. Meu pai era um fazendeiro, com uma extraordinária vocação para não ganhar dinheiro. Me

lembro bem, pois passei parte da minha infância na roça, e depois sempre estive lá nas férias. Durante toda a minha vida, tive uma relação forte com o meio rural, com os trabalhadores rurais, com a agricultura familiar.

Na minha infância e no início da minha adolescência, os trabalhadores rurais não tinham direitos. Eles tinham que se subordinar a um contrato de adesão. Via de regra, era um contrato verbal, não escrito. Os trabalhadores rurais se submetiam às condições impostas pelo empregador, sem garantia legal de salário mínimo, de jornada máxima de trabalho, de hora extra, repouso semanal remunerado, férias, nenhuma cobertura, nenhuma garantia previdenciária para a família em caso de morte ou de doença do trabalhador; todos ficavam expostos à caridade, à boa vontade das pessoas.

Isso começa a mudar nos anos 1960, a partir do Estatuto do Trabalhador Rural. Depois, na ditadura, houve o início da Previdência Rural, inicialmente com o Funrural, que garantia meio salário mínimo para os trabalhadores rurais idosos que não podiam mais trabalhar. Depois do Funrural, veio o ProRural, que aumentou para um salário.

Um momento importante na história dos direitos sociais, dos direitos dos pobres no Brasil, foi a Constituição em vigor, de 5 de outubro de 1988, precedida de um processo bonito. Quem participou, e eu participei intensamente, não esquece jamais. Em 1986, 1987, até a promulgação da Constituição, em outubro de 1988, o

Brasil todo viveu momentos de muita participação popular, de mobilização de empresários, trabalhadores urbanos e rurais, indígenas, negros, afrodescendentes, o movimento ligado às crianças, jovens e portadores de deficiência. Isso levou a Constituição de 1988 a dar um passo importante à frente, consolidou o passado, os direitos trabalhistas, incluindo os trabalhadores rurais, e as conquistas no campo da Previdência Social. Abriu a perspectiva, ainda não realizada, da seguridade social referenciada na Saúde, na Previdência Social e na Assistência Social. A Assistência Social, portanto, entra no campo das políticas públicas, lança um olhar mais atento para as comunidades indígenas, quilombolas, famílias, crianças e adolescentes pobres, idosos, pessoas com deficiência.

Na esteira da Constituinte, tivemos algumas leis importantes, civilizatórias, como a legislação do Sistema Único de Saúde, o SUS; o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA; e logo depois a Loas, a Lei Orgânica da Assistência Social. Depois vem um período em que as coisas pararam, que foi a hegemonia avassaladora, desumanizadora, do projeto neoliberal.

Como mencionado, no modelo da seguridade social incorporado pela Constituição, os benefícios e serviços são assegurados e passam a ser concebidos como direitos de cidadania e, em alguns casos, dever do Estado, também com a participação da sociedade. Mencionamos algumas normas que se desdobraram. No nosso caso específico, a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993, que se des-

dobra em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social – isso já no nosso Ministério, no Governo Lula. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi implantado em janeiro de 2004. Com a norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social, um pouco antes, tivemos o Estatuto da Criança e do Adolescente e, em 2003, o Estatuto do Idoso.

Vejam que é um período longo entre 1993, quando veio a Loas, e 2003, quando tivemos o Estatuto do Idoso. Não houve nenhuma lei social relevante nesse período. Isso quer dizer que há um corte, um desdobramento da Constituição. Mostra o que foi, do ponto de vista dos pobres, do ponto de vista social, a hegemonia perversa do neoliberalismo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi criado em janeiro de 2004. Festejamos, com pouca gente, mas muita alegria, os nossos seis anos, em 23 de janeiro de 2010. Voltados para essas populações mais vulneráveis, integramos três áreas já existentes. Havia o Ministério da Assistência Social, que foi para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; assim como a Secretaria Nacional de Assistência Social e, posteriormente, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. Os Programas Fome Zero e Bolsa Família, até então ligados diretamente à Presidência da República, também foram incorporados pelo MDS.

O Programa Bolsa Família surgiu um pouco antes, em outubro de 2003, também por força legal – inicialmente uma medida provisória, que depois virou lei. Então, foram estabelecidas três secretarias finalísticas: a Secretaria Nacional de Assistência Social, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, que cuida mais diretamente do Programa Bolsa Família. E criamos mais duas secretarias: a Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, agora chamada Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva, para dar mais ênfase a uma grande prioridade nossa no momento, as políticas de capacitação profissional e qualificação, para preparar os beneficiários dos nossos programas, especialmente do Bolsa Família, para as oportunidades de trabalho, emprego e renda que surgem e crescem no Brasil com as obras de programas como PAC, Minha Casa Minha Vida, o desenvolvimento do turismo. E a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, uma opção que fizemos desde o início e que tem dado bons resultados, pelo fato de nossas políticas serem monitoradas, avaliadas. Trabalhamos com resultados. Monitoramento, prazos, metas, procedimentos etc.

A evolução do orçamento do nosso Ministério é significativa. Porém, o que algumas pessoas consideram muito não é tão grande se observarmos o tamanho da dívida social brasileira, o nível das desigualdades e injustiças sociais. Mas é significativo e mostra que, de fato, a partir do governo do presidente Lula, e especialmente a partir da criação do Ministério, os recursos destinados aos pobres

passaram a ser cada vez mais significativos, evidenciando que a questão social, a questão dos pobres, dos trabalhadores de baixa renda, da agricultura familiar, passou a ser cada vez mais prioritária.

Tivemos recursos de R\$ 11,4 bilhões, em 2003; R\$ 14,3 bilhões, em 2004; e chegamos a R\$ 33 bilhões, em 2009. Esperamos que não haja contingenciamento este ano, até porque é um ano difícil, de prazos curtos, graças ao calendário eleitoral. Nosso orçamento para 2010 é de R\$ 38,9 bilhões. É significativo, é forte, além da questão do direito para os pobres. Mostra também a mudança: o Estado brasileiro está sendo desprivatizado. Os pobres estão sendo incluídos, considerados, na divisão do bolo nacional.

Na Secretaria Nacional de Assistência Social, estamos consolidando um Sistema Único da Assistência Social (Suas). Vale dizer, estamos colocando as ações da assistência social no campo das políticas públicas, no campo dos direitos, dos deveres, superando definitivamente o assistencialismo, o clientelismo, “os pobres de cada um” ou o “quem indica”. As pessoas entram e saem dos programas segundo critérios objetivos, legais. Quem tem direito tem direito. Entra, alcança melhor condição e sai.

Temos, dentro do Suas, um programa com recursos superiores ao Bolsa Família: o Benefício de Prestação Continuada, pago às pessoas de mais de 65 anos, às pessoas com deficiência e às incapacitadas para o trabalho. A linha de entrada é rigorosa, corresponde a um quarto do salá-

rio mínimo. A pessoa pode receber o benefício caso tenha renda inferior a um quarto do salário mínimo, mas o benefício, para os padrões do Brasil e do mundo, hoje, em termos de políticas sociais, é significativo, corresponde ao salário mínimo. E, no caso das pessoas idosas, com base no Estatuto do Idoso, podem ser pagos até dois benefícios a pessoas de uma mesma família.

Estamos atendendo a aproximadamente 3,4 milhões de pessoas, e o valor do benefício é significativo. No ano passado, os recursos estiveram na casa de R\$ 18 bilhões. E isso é justo. Ser idoso e deficiente já é difícil. Mas ser idoso, deficiente e pobre, sem recursos, sem dinheiro, é muito pior. Então, é um programa que tem impacto enorme.

O Programa de Atenção Integral à Família, o Paif, se materializa na prática por meio dos Centros de Referência de Assistência Social, os Cras. Temos, no Suas, a Proteção Social Básica, que atende à pobreza nas situações ordinárias, do dia-a-dia, e temos a Proteção Social Especial, que trabalha situações mais específicas, mais difíceis: exploração sexual de crianças e adolescentes; o trabalho das crianças, por meio do nosso Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; famílias em situação de desconstituição familiar, de sofrimento, problemas graves de violência doméstica, alcoolismo, drogas etc.

O Cras atende dentro da Rede de Proteção Social Básica. E há os “irmãos” dos Cras, os Creas, os Centros

de Referência Especializados de Assistência Social, que atendem às situações mais delicadas. Ambos são equipamentos – usamos também o nome de Casas das Famílias – implantados nas comunidades pobres. Portanto, interagem diretamente com o Bolsa Família, com o trabalho de psicólogos e assistentes sociais, que desenvolvem atividade de acolhimento e acompanhamento dessas famílias. Especialmente no caso dos Creas, interagem com nosso Programa Sentinela, de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Os Cras vêm desenvolvendo também atividades de capacitação profissional, alfabetização, inclusão digital, inclusão produtiva, desenvolvimento dos talentos e potencialidades das pessoas, famílias e comunidades. Às vezes, o atendimento é mais comunitário, sobretudo quando se trata, por exemplo, de populações indígenas, quilombolas, tradicionais, ribeirinhas – populações que têm uma constituição histórico-cultural que vai além da família, em uma dimensão mais comunitária.

Ontem tomei conhecimento de um avanço extraordinário. Foi feito um acerto, um pacto, uma política integrando a assistência social com o Bolsa Família para que os Cras e, em situações especiais, os Creas também acompanhem diretamente as famílias. Por exemplo, dirigimos o Bolsa Família à condicionalidade escolar. A criança tem de estar na escola. Mas às vezes ela não está na escola porque pertence a uma família sofrida. Ela não está indo à aula porque a família não tem condições, mesmo, há des-



constituição familiar, alcoolismo, perdas, morte do pai, da mãe. Em vez de pura e simplesmente cortar o benefício, o que estamos fazendo? Os Cras vão ter o desafio de procurar essas famílias, identificar os problemas que estão vivendo. Essa integração dos Centros de Referência de Assistência Social com o Bolsa Família é cada vez mais estreita, o que mostra que o Bolsa Família está inserido nesta Rede Nacional de Proteção e Promoção Social.

Ainda vinculado ao Bolsa Família, temos o Projovem Adolescente, um programa recente, que substituiu o chamado Agente Jovem. Estamos alcançando 600 mil adolescentes de 16 e 17 anos, trabalhamos especialmente com adolescentes egressos do sistema socioeducativo, ou seja, jovens que têm algum tipo de conflito com a lei, e adolescentes do Bolsa Família. Aumentamos para 17 anos a faixa etária para receber o benefício variável escolar. É mais uma ação integrada com o Bolsa Família. Esses adolescentes vão à escola, mas também têm atividades no contraturno da jornada escolar: atividades pedagógicas, recursos de leitura, atividades esportivas, culturais, atividades comunitárias. Então, o esforço que todos devemos fazer hoje talvez seja o grande desafio nacional, para impedir que esses adolescentes tomem o caminho da morte, da violência, do crime, do alcoolismo, das drogas, e possam encontrar o caminho da vida, ser pessoas corretas, acertadas consigo mesmas e com a sociedade.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) se integra cada vez mais aos Centros de Referência Es-

pecializados de Assistência Social (Creas) e com o Bolsa Família. É um trabalho para evitar que crianças e adolescentes sejam submetidos a trabalho precoce, com prejuízo da atividade escolar.

Vamos agora a outro braço do nosso Ministério: o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Na verdade, ele está ligado àquela política emblemática lançada pelo governo ainda em 2003, o Fome Zero. É importante lembrar que o Fome Zero não é uma política específica. Ele reúne todas as ações, todas as políticas públicas, ações governamentais e não-governamentais que visam erradicar a fome e a desnutrição no Brasil. E aqui uma notícia boa, que me aquece o coração todos os dias: estamos acabando com a fome no Brasil. O Fome Zero é vitorioso. Estamos zerando a fome extrema; temos ainda problemas graves de desnutrição, de insegurança alimentar. Aquela fome endêmica que conheci no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, e que todos recentemente vimos em cenas dramáticas na televisão, aquelas multidões nas estradas, nas ruas do Nordeste, clamando por um prato de comida, até mesmo invadindo armazéns. No passado, eram criadas aquelas frentes de trabalho sem nenhum critério, sem nenhuma dimensão de política pública; isso não existe mais no Brasil.

Os personagens da obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, os retirantes, os Fabianos, as Sinhás Vitória; os personagens aventureiros, os Bentinhos que tinham os olhos negros parados de fome, naquela tragédia denunciada pelo

Josué de Castro – quanto a casos como esses, estamos virando a página, e não é pouca coisa, é muita. É bom e dá um ânimo danado para continuarmos trabalhando.

Em 2003, foi reconstituído o Consea, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no plano nacional, com representantes governamentais e da sociedade civil. O Consea se reproduz nos estados e municípios. Em 2006, tivemos a aprovação da Losan, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Aqui quero prestar uma homenagem ao Congresso Nacional e lembrar que alguns objetivos, algumas metas passam a pertencer à Nação, são parte do projeto nacional. A Losan foi aprovada no Congresso Nacional no ano eleitoral de 2006. Mostra que o País está convencido, na sua grande maioria, de que a fome, a desnutrição, a pobreza extrema são inaceitáveis. Recentemente, foi aprovado também no Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional que incorpora na Constituição, nos direitos fundamentais, o direito à alimentação, superando a visão, ainda presente no Brasil, de que comida, alimentação, não é direito. “Não dar o peixe.” Dar o peixe é dar comida, é garantir que a pessoa tenha condição para pescar, é o primeiro momento para que a pessoa possa chegar ao rio. Se não, ninguém chega.

O programa de maior envergadura que temos no Ministério, de maior impacto social, na área de Segurança Alimentar, é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), também conhecido como

Compra Direta. Ele está diretamente vinculado ao Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com recursos agora de R\$ 15 bilhões, da safra 2009/2010. Vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PAA trabalha com agricultores “pronafianos”. Ainda não é um programa universal, mas o estamos ampliando.

Compramos dos pequenos produtores por um preço justo de mercado, fazendo um contraponto à ação perversa dos atravessadores, dos especuladores e de quem quer ganhar dinheiro especulando com a fome. Com isso, garantimos condições para que as famílias permaneçam no campo, gerando emprego, trabalho, dignidade. Com a compra desses alimentos, atendemos pessoas e famílias em situações de vulnerabilidade alimentar, especialmente crianças e pessoas idosas. Por isso dizemos que é um programa que sintetiza bem o Fome Zero. É estruturante numa ponta, gera trabalho, emprego, é uma dimensão emancipatória; e atende quem precisa aqui e agora, na outra ponta.

Estamos integrando o PAA com outras políticas, como os equipamentos que estamos implantando – Restaurantes Populares, em cidades com mais de 2 mil habitantes; as Cozinhas Comunitárias, que são restaurantes populares menores, com maior participação comunitária; os Bancos de Alimentos, que guardam alimentos, comprados do PAA ou de doação; as Feiras e Mercados, que possibilitam, por meio de instalações mais ampliadas, a relação

direta produtor-consumidor. Estamos também desenvolvendo programas de agricultura urbana, hortas e lavouras comunitárias, programas de educação alimentar, sempre nessa linha de melhorar as condições de alimentação.

Outro programa importante na região mais seca do Brasil são as cisternas, uma tecnologia brasileira de captação da água das chuvas. Possibilita-se assim que as famílias que moram no Semiárido tenham água para consumo interno, para preparar os alimentos, para higiene e até para pequenas atividades agrícolas, como hortas familiares, e para a criação de pequenos animais. Tenho visitado essas cisternas nos sertões do Brasil. Na Bahia, encontrei uma senhora que me deu uma resposta que nunca vou esquecer. Perguntei para ela: “Qual o melhor benefício que a cisterna trouxe para a senhora?”. E ela respondeu: “Posso ficar mais tempo perto dos meus filhos”. Quem conhece a realidade do sertão do Brasil, do Semiárido, sabe que é um sofrimento. Às vezes você tem que buscar água a duas, três léguas de distância, em cacimba, e a água é suja. Via muito isso na minha infância. E as mulheres são poderosas, elas têm uma força impressionante. Elas põem uma rodilha na cabeça para acomodar aquela lata de querosene, que a gente comprava antigamente para colocar no lampião, na lamparina, aquelas latas de 18 litros, um peso danado, e vão andando. Não seguram a lata, não. É um *show* de equilíbrio. E fico pensando: que estrago na estrutura da pessoa! Carregar uma lata, um peso daqueles! E aquela mulher não falou que não estava

carregando mais lata, não falou nada disso. Falou de ter mais tempo para seus filhos.

Agora chegamos ao Bolsa Família. Fiz questão de deixar mais para o fim exatamente para irmos construindo a ideia de que o Bolsa Família está bem ancorado. Quem vai aos Restaurantes Populares, às Cozinhas Comunitárias, normalmente, na grande maioria dos casos, são os beneficiários do Programa Bolsa Família. Essas políticas, da Segurança Alimentar e da Assistência Social, convergem para o Bolsa Família. São um conjunto de ações que possibilitam o desenvolvimento das potencialidades das pessoas, famílias e comunidades pobres.

O Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, instituído por lei federal. É um eixo estratégico para integração de políticas e ações da Rede de Proteção e Promoção Social e promove direitos básicos: direito humano à alimentação, acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família trabalha com famílias que tenham uma renda de até R\$ 140 como renda mensal familiar por pessoa. Uma família que ganha até R\$ 700 e que tenha cinco pessoas está dentro do Bolsa Família. Portanto, vamos quebrar um preconceito, um equívoco que muita gente comete: o Bolsa Família não trabalha só com indigentes ou miseráveis. Temos, no programa, um número representativo de famílias trabalhadoras pobres, trabalhadores de baixa renda. E aí o benefício entra como complemento de renda para essas famílias.

São hoje em torno de 15,5 milhões de famílias pobres atendidas em todos os municípios do Brasil, nos 5.564 municípios desta grande Pátria brasileira. Em 2009, foram R\$ 11,4 bilhões, o que corresponde a 0,4% do PIB. Vamos injetar R\$ 13 bilhões em 2010. É um programa com um custo baixo de operação: apenas 5% do orçamento do programa; ele chega diretamente às pessoas. É uma operação que fazemos com a Caixa Econômica Federal: o beneficiário tem um cartão, vai lá e recebe, e pagamos especialmente para as mães: 92% dos benefícios chegam para as mães. O homem só recebe quando ele é a única referência familiar. E as pesquisas mostram – os homens que perdoem – que as mulheres têm um compromisso familiar maior. Quando a coisa aperta, os meninos ficam com a mãe, na maioria dos casos. Os homens tendem a sumir (isso é feio para nós). E não é só entre os pobres, não, é em todo canto.

O Bolsa Família trabalha com condicionalidades, a lei exige. É um preceito constitucional. Pela Constituição, toda criança entre 6 e 15 anos (agora a partir dos 4 anos) tem que estar na escola. Não é só exigência à família. Há o outro lado, também. É mão dupla. A lei possibilita que as famílias pobres possam reivindicar do poder público – seja no plano municipal, estadual ou nacional – serviços de boa qualidade, educação pública de qualidade, serviço de saúde de qualidade. Não é só obrigação deles pôr os filhos na escola, é dever do Estado oferecer esse serviço de qualidade. É importante dizer que estamos acompanhando, monitorando esse processo das condicionalidades.

Mencionamos a integração com os Cras e o acompanhamento feito, sobretudo quando as crianças não estão comparecendo à escola. E não há desligamento automático quando as condicionalidades não são cumpridas. É um processo gradual. Tem advertência, depois bloqueio, suspensão e, em última instância, o cancelamento do benefício. E quero enfatizar que não queremos desligar ninguém. Queremos que as crianças estejam na escola. Daí essa integração positiva do Bolsa Família com outros programas do Ministério, e também do Ministério da Educação, especialmente agora, esse acompanhamento pelos Cras.

O Bolsa Família varia de R\$ 22 a R\$ 200. O benefício médio é de R\$ 94. Trabalhamos em dois níveis. Famílias muito pobres, com renda familiar por pessoa de até R\$ 70, têm direito a um benefício fixo que corresponde hoje a R\$ 68. E trabalhamos com famílias pobres. Família pobre é aquela que tem renda mensal familiar *per capita* de até R\$ 140. Essas famílias não recebem o benefício fixo, de R\$ 68. Elas têm direito ao benefício variável. É claro que as famílias muito pobres também recebem, além do fixo, o variável. Só que a família pobre recebe o fixo, independentemente de ter filhos, independentemente de ter criança na escola. Se tiver, entra o variável também.

O benefício variável se coloca em dois níveis: R\$ 22 por criança de 6 a 15 anos que esteja frequentando a escola, até o limite máximo de três. Portanto, pode chegar a



R\$ 66. Morre aqui a acusação que fazem ao Bolsa Família de que estimula a natalidade inconsequente. E há o benefício variável jovem de R\$ 33 por adolescente de 16 e 17 anos, até o limite máximo de dois, portanto, alcançando R\$ 66. Se somarmos o fixo de R\$ 68 com o limite máximo dos dois variáveis, R\$ 66 e R\$ 66, dá R\$ 200. Fechamos a conta.

Impactos imediatos na melhoria das condições de vida das populações pobres: a promoção da segurança alimentar e nutricional; a superação da fome; o “empoderamento” dos mais pobres para o consumo (para o pobre, ter um armazém é bom); o “empoderamento” das mulheres (como vimos, o benefício é pago especialmente a elas); redução do risco do trabalho de crianças (com a integração com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); redução da desnutrição infantil – temos uma pesquisa de dois anos atrás, que me deu uma alegria enorme: 93% das crianças vinculadas às famílias que recebem o Bolsa Família têm pelo menos três refeições diárias e apresentam melhoria significativa na condição alimentar, com frutas, verduras e carne. Para os pobres, falar em carne e leite tem força, porque não é algo tão acessível. Devemos mencionar ainda o acesso a produtos de consumo básico, que melhoraram a condição de vida e autoestima. Para o desespero de alguns, os beneficiários do Bolsa Família estão comprando geladeira, fogão e liquidificador, coisas fundamentais para garantir a segurança alimentar. Um jornalista escreveu um artigo intitulado “Bolsa Geladeira”, tentando

desqualificar o programa, dizendo: “Um programa que está garantindo geladeira. Não são mais pessoas pobres”. É revoltante.

Há outro impacto importante: os pobres estão comprando. Esse fato deve ser visto em relação com a educação e a saúde. Alguns resultados são comprovados, como a redução da pobreza e da desigualdade – são 19 milhões de famílias pobres que saíram da miséria extrema desde 2003 – e a dinamização das economias locais. O dinheiro do Bolsa Família, do BPC e da Agricultura Familiar circula. Os pobres, como disse o presidente Lula, não guardam dinheiro. Eles melhoram suas casas e condições de vida; compram comida, roupa, material escolar para as crianças, bens básicos para a dignidade familiar, como eletrodomésticos fundamentais. Isso implica o aquecimento do comércio. O comércio vendendo mais, compra mais da indústria e da agricultura. Um dos motivos pelos quais o presidente Lula determinou o aumento do Bolsa Família em plena crise econômica internacional foi esse. De um lado está a sua sensibilidade extraordinária para os pobres, seu compromisso permanente com a inclusão; do outro, a intuição política. As políticas sociais, entre outros motivos, cumpriram, e estão cumprindo, papel fundamental para que o Brasil esteja saindo de cabeça erguida dessa grave crise econômica internacional.

Além da dimensão humanitária, ética e moral, garantir acesso a bens e serviços básicos e direito à vida tem também a dimensão prática, e com isso estamos vencendo um

preconceito histórico no Brasil: a ideia de que ou é econômico ou é social. Ou o País cresce ou distribui renda. Distributivismo, não. Uma coisa complementa a outra. Uma coisa é necessária à outra: o social dando apoio à economia. O País cresce porque os pobres estão entrando no mercado de consumo.

A redução da dependência das famílias em situação de trabalho escravo causa outro desespero em setores mais conservadores do Brasil. “Está desaparecendo gente para trabalhar.” Claro! Para trabalho escravo, não queremos mesmo não. Tem que pagar melhor, ter carteira assinada, pagar salário mínimo, tem que recolher Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Fui convidado para proferir uma palestra na Organização Internacional do Trabalho. É um reconhecimento do que estamos fazendo no Brasil. Eles estão colocando o Brasil como modelo de respeito aos direitos trabalhistas. Um trabalhador desempregado que recebe o benefício preserva sua dignidade de trabalhador. E eles querem trabalho decente.

Oferecemos aos trabalhadores o mínimo poder de barganha: o Bolsa Família integrado a outras ações, especialmente o Cadastro Único, referência para outras políticas sociais; o programa Brasil Alfabetizado; agora a Tarifa Social de Energia; o Programa Minha Casa Minha Vida; a inclusão financeira, chamada bancarização dos beneficiários do Bolsa Família. A bancarização não é um fim em

si, ela visa ao passo seguinte, que é ampliar cada vez mais o microcrédito, além de formar micro e pequenos empreendedores, estimular o cooperativismo. Temos uma experiência positiva com o Banco do Nordeste, por meio do Grande Amigo, e agora o Próximo Passo, ações de capacitação profissional para os beneficiários do Bolsa Família para as oportunidades de trabalho e emprego que estão crescendo no Brasil com o PAC e outros investimentos.

Uma informação rápida sobre o Planseq, Plano Setorial de Qualificação: tem o Planseq de Construção Civil e o Planseq Turismo. E empresas privadas e públicas estão capacitando para suas ações no País, com recursos próprios, os beneficiários do Bolsa Família.

Um dado importante: se considerarmos o BPC e o Bolsa Família, as transferências totalizam R\$ 30 bilhões. Portanto, é mais de 90% do orçamento do Ministério. Cerca de 1% do PIB. Nas regiões mais pobres, essa proporção cresce. No Nordeste, as transferências representam 3% do PIB regional. Enfatizo alguns dados em relação à redução da pobreza: 19,4 milhões de brasileiros e brasileiras saíram da extrema pobreza desde 2003, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

O Coeficiente de Gini 2001-2007 passou de 0,593 para 0,552, segundo pesquisa do Ipea. Há uma pesquisa do Ipea mostrando que, segundo a Pnad 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE), a taxa anual de crescimento da renda dos dez por cento mais

pobres da população, no período 2001-2007, é próxima à da China e maior que a de 99% dos países.

Em 1990, o Brasil assumiu o compromisso internacional de reduzir a fome para um quarto e a pobreza pela metade até 2015, quando será dado o balanço universal das metas e objetivos do milênio. Em 2006, já tínhamos cumprido esse compromisso. Repactuamos perante o mundo e perante nós mesmos. Até 2015, vamos erradicar a fome e reduzir a pobreza extrema para um quarto. Uma pesquisa recente do Ipea colocou outra perspectiva. Se continuarmos com as políticas sociais, ampliando, consolidando, aperfeiçoando e mobilizando mais recursos, mobilizando mais os governos estaduais e municipais e a sociedade civil, até 2017 podemos vencer a pobreza extrema do Brasil. E, em 2022, a gente deverá comemorar os 200 anos da Independência com um Brasil sem fome, sem desnutrição, sem pobreza extrema, caminhando a passos largos para uma sociedade cada vez mais igualitária, que assegure a todos os nossos patricios os mesmos direitos e oportunidades. Traduzindo na prática o Hino Nacional brasileiro: “Dos filhos deste solo és mãe gentil”. De todos e de todas.

Falamos da redução da desigualdade, do impacto do Bolsa Família, das políticas sociais no enfrentamento da crise. É importante lembrar também a manutenção da política de valorização do salário mínimo. Quando começamos no governo do presidente Lula, nosso sonho era colocar o salário mínimo em US\$ 100. Agora, já estamos nos aproximando dos U\$ 300.

Podemos mencionar a extensão do seguro desemprego, a existência de uma ampla rede de proteção e promoção social, o papel dessa rede na superação da crise e o aumento do mercado interno. Diferentemente de outras crises, segundo pesquisa do Ipea de agosto de 2009, a pobreza e a desigualdade continuaram caindo nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, em plena crise econômica internacional.

Restam alguns desafios, já que ainda temos um alto número de pessoas na situação de pobreza. Ainda existem, no Brasil, por volta de 30 milhões de seres humanos em situação de pobreza. A taxa de desigualdade continua vergonhosa. Estamos entre os países que apresentam os piores indicadores sociais do mundo, apesar do extraordinário avanço dos últimos anos, especialmente nesse período do nosso governo. É preciso lembrar a herança que recebemos e, ainda, a desigualdade social e a concentração da renda. A concentração da terra no Brasil continua alta, e vamos ter que enfrentar isso futuramente, para criar um país que possibilite vida digna e decente para todos.

Nesse sentido, colocam-se desafios como manter a estabilidade econômica. Já fui um pouco tolerante com a inflação. Cheguei a pensar no passado: quem sabe com uma “inflaçãozinha” de 8%, 9%, o País cresce mais? Não dá. Já pensaram se houvesse inflação no Brasil? Em uma semana o benefício do Bolsa Família sumiria – sem mencionar o BPC, os programas de apoio à agricultu-

ra familiar, a revalorização do salário mínimo. Portanto, estabilidade econômica é fundamental. É só continuar mais alguns anos o processo histórico: estabilidade, crescimento econômico, rigorosas políticas de distribuição de renda, de inclusão e justiça social. Incluir cada vez mais a questão ambiental. Agora estou convencido de que a questão ambiental não pode ser colocada nem como contraponto, “ou isso ou aquilo”. Tem que ser “e”. Não me esqueço do texto que li uma vez, de Alceu Amoroso de Lima, pessoa que marcou meu pensamento. Ele dizia: temos que superar a disjuntiva “ou” pela conjuntiva “e”. Econômico e ambiental e social. Mudamos o patamar do social quando começamos a falar de desenvolvimento social. Agora está na hora de começar a falar também de desenvolvimento ambiental.

Finalmente, outros desafios que enfrentamos:

1) Fortalecer a capacidade de gestão do Estado. Não há política social eficaz com Estado fraco. Quem viabiliza a política social é o Estado, com a participação, sim, da sociedade civil, dos empresários. Queremos e fazemos parcerias com as igrejas, com as organizações não-governamentais, mas quem define mesmo é o Estado. As políticas sociais do Brasil estão mudando a cara do País por alguns motivos. Entre eles, primeiro, o valor dos recursos; segundo, é o Estado que faz. Volta e meia recebo representantes de outros países que já chegam querendo saber como é que os empresários participam. Os empresários participam e ajudam como parceiros. Mas quem puxa é o Estado, é ele que

determina as prioridades. A articulação federativa é um grande desafio. Não é fácil trabalhar com estados e municípios diferentes. Vai dos municípios de São Paulo aos municípios pequenos do Vale do Jequitinhonha ou da Amazônia. É um desafio importante integrar o País inteiro.

2) Aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização.

3) Fomentar a participação da sociedade civil, parcerias com empresários, responsabilidade social, igrejas, universidades, pesquisas. Parcerias queremos, mas sempre com a diretiva do poder público e, na mesma linha, os mecanismos de participação popular.

4) Garantir a continuidade do financiamento público das políticas sociais. Sem dinheiro não se faz política social. Tem que haver prestação de contas, tem que haver transparência, resultados, monitoramento, mas tem que existir dinheiro para promover, consolidar e integrar cada vez mais as políticas sociais. Promover convergências. As políticas sociais não podem ficar distantes umas das outras. Nesse sentido, o conceito de território é enunciador. Integrar as políticas sociais nos territórios. Cada um com a sua especificidade, mas convergindo sempre. O ser humano não é divisível. Metade de mim estuda. Metade de mim tem saúde. Outra metade de mim é pobre. Não! Uma criança na escola não aprende sem ter saúde. Ninguém tem saúde se não tiver assegurado o direito à alimentação adequada com água potável, saneamento básico, moradia, e assim por diante. O desenvolvimento



do ser humano é integral e por isso as políticas sociais devem se articular para promover essa ascensão das pessoas, famílias e comunidades pobres.

E que Deus continue abençoando a nossa caminhada, porque estamos no caminho certo. É agora, para não haver retrocesso, e a gente abrir cada vez mais o compasso. Muito obrigado.



# PERGUNTAS & RESPOSTAS

PÉRSIO DAVISON (IPEA)

O senhor fez referência aos efeitos benéficos do Bolsa Família, numa abordagem ampla de benefícios, e penso sobre um aspecto que talvez fosse importante ressaltar: é que, embora o Bolsa Família tenha uma vocação, na sua destinação, à criança na escola, no sentido alimentar, ele tem um benefício fundamental ao seu irmão menor, às vezes de pouca e tenra idade. Segundo a medicina, até os dois anos de idade a nutrição é fundamental para a formação do cérebro e, portanto, para a capacidade intelectual e a capacidade de se integrar, de ser produtivo na sociedade. Então, há um efeito que não se mede no primeiro momento: da criança na escola ou do benefício direto. O benefício àquela criança que tem família, alimentação e a garantia de uma formação para ser um cidadão com plenas condições de participação na sociedade será medido em um prazo mais longo.

## RESPOSTA:

*Bom, a questão que o Pérsio coloca é mais uma contribuição ao que falamos aqui, sobre a importância da alimentação já a partir da infância. Uma criança que não é devidamente alimentada nos primeiros anos da sua vida, segundo estudos neurológicos, tem grandes possibilidades de ter sequelas, até de aprendizado, de desenvolvimento mental, psíquico e emocional, e as funções básicas para o aprendizado ficam comprometidas. Reforça a ideia de que a alimentação não é uma questão de filantropia, é uma questão de direito, diz respeito à vida.*

## MÁRCIO WOHLERS (IPEA)

Gostaria de parabenizar a transformação de uma secretaria na integração produtiva. Sei que já há um convênio em andamento com a Petrobras, de formação de técnicos que ajudem a formar outros profissionais que a Petrobras vai contratar localmente. Então, acho que a extensão dessa parceria com mais empresas estatais, não só a Petrobras, poderia ser exemplo para que até algumas empresas grandes, como Vale do Rio Doce, fizessem o mesmo. Tivemos muitas experiências de arranjos produtivos locais. Tornou-se uma palavra da moda dez anos atrás. Mas essa questão com as grandes empresas é algo novo, que complementa o arranjo produtivo local. E com as grandes empresas que têm visão e necessidade de formação de mão-de-obra local isso seria muito importante. Então, o que o Ipea puder fazer por essa oportunidade de

integração produtiva e de formação de técnicos, estamos à disposição.

RESPOSTA:

*Se bem entendi a sua questão, Márcio, estamos trabalhando com algumas empresas. Além do caso da Petrobras no Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural), que você mencionou, há algumas outras empresas, como a do Norberto Odebrecht, que fez um convênio conosco se comprometendo a qualificar, com recursos próprios, beneficiários do Bolsa Família em todas as obras que ela esteja realizando no Brasil. Já implementamos em duas, a meta é alcançar três, ou seja, todas. A primeira foi na obra da hidrelétrica do Rio Madeira, em Rondônia. Estamos buscando também outras parcerias, como por exemplo o Planseq, o Plano Setorial de Qualificação Profissional. Temos trabalhado muito também com a Câmara Brasileira da Indústria. Eles não estão aportando recursos, mas estão trabalhando, procurando sensibilizar as empresas para que elas absorvam os beneficiários que estão sendo treinados e qualificados.*

MÁRCIO WOHLERS

Mas elas gastam esse dinheiro de responsabilidade social com *marketing*, fazendo as suas fundações, algumas até fazem algo de bom; estou dizendo isso porque a minha área é mais telecomunicações. Então elas põem uns postos

de inclusão digital, mas isso é mais ligado à área fim das empresas, para aparecerem mais no mercado, mas com a própria área fim. E se o Ministério, por exemplo, desse outro selo, um prêmio? Acho que estou chovendo no molhado.

RESPOSTA:

*Não, não está chovendo no molhado. Trabalhamos muito isso, agora quero colocar um depoimento também aqui, até para que vocês considerem o assunto. Acho que o Ministério — e dentro do Ministério, é claro, o Bolsa Família é um caso singular de gestão que merece um estudo — opera com pouco mais do que 1,4 mil funcionários, sendo a metade terceirizada, para atender mais de 60 milhões de pessoas pobres em todos os municípios do Brasil, operando o orçamento que apresentamos aqui. Mil e quatrocentos é o que tem a Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte. A Secretaria de Assistência Social do Rio de Janeiro tem o dobro. Mil e quatrocentos destemidos. Então somos claros e objetivos, temos muito respeito, queremos parceria com as empresas, mas o tempo que temos para ficar tentando converter empresário ao bem público é pequeno. Até porque acho que a primeira responsabilidade social de um empresário social é cumprir a lei. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, tributária, depois vamos conversar. Algumas empresas, como disse aqui, têm nos procurado para uma conversa séria, querem fazer um convênio. “Vamos capacitar? Tudo bem.” Pelejamos muito mesmo. Fazemos um trabalho evangélico com eles.*

Ministro, ao fim de sua fala, o senhor colocou a questão da articulação de políticas públicas como um desafio para avançar na qualificação das políticas sociais no Brasil. Há quase dois anos, o governo federal vem lançando uma proposta de trabalho nessa área de articulação de políticas públicas que é tida, talvez, como um programa ousado, que é o Programa Territórios da Cidadania, que o senhor citou um pouco rapidamente. Queria saber duas questões. Primeiro, dentro do seu Ministério, qual está sendo o esforço das várias secretarias de trabalhar em conjunto com os órgãos do governo, os vários ministérios, nessa questão de articulação de políticas públicas? E a outra questão é como o senhor, integrante do primeiro escalão do governo, a Casa Civil (que coordena o programa com a metodologia do MDA) e o próprio governo estão vendo o avanço metodológico desse programa, e a aceitação das várias forças políticas dentro do governo.

RESPOSTA:

*O Sandro apresentou uma questão muito interessante sobre os Territórios da Cidadania. Não sei se é exatamente essa a questão que você coloca, temos uma experiência, que é mais na área rural, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas o Ministério que aporta mais recursos é o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vejo um grande desafio em termos do Territórios da Cidadania nas regiões metropolitanas, na área da periferia, nas áreas pobres das cidades maiores, das*

grandes capitais, regiões metropolitanas, onde as políticas sociais enfrentam maiores dificuldades, porque elas confrontam as forças diluidoras da morte, do crime, da desconstituição dos valores familiares, comunitários. É um desafio que temos hoje, começamos, avançamos com o Pronasci, o Programa Nacional de Segurança e Cidadania, que vem integrando ações, os nossos Cras e outras ações do Ministério; mas vejo que tem um desafio maior de integrarmos essas ações. Aqui vou desenvolver um pouco o que o Sandro levantou, nessa linha da integração. Creio que a questão dos territórios das periferias das grandes cidades pode ser um grande passo agora. Mesmo nas regiões mais carentes e nas regiões mais conflagradas pela violência, pelo crime, temos ali a presença do Estado. Tem um destacamento policial, tem uma delegacia de polícia, eventualmente até a presença das Forças Armadas. Tem escola, um posto de saúde, a Saúde da Família, o Cras, o Creas, os equipamentos culturais, esportivos; porém, esses equipamentos, esses agentes e gestores públicos não se comunicam para se contrapor de forma ordenada às forças diluidoras da violência, do crime, da desconstituição das forças comunitárias. Esse é um desafio, fazer que esses equipamentos públicos, sejam municipais, estaduais ou nacionais, se integrem; que os gestores públicos ali presentes conversem, interajam, para construir ações integradas que promovam a comunidade e que criem uma relação mais direta e, a partir dessa interação dos agentes públicos, interagir com os agentes comunitários que em todo canto também têm as forças da vida. Há, ainda, as igrejas, os movimentos sociais, os movimentos de jovens, os jovens que fazem esse trabalho belíssimo de enfrentamento da violência, do rap, do hip hop; temos que buscar esses jovens, esses mo-



*vimentos de jovens e movimentos de mulheres, de mães, para congregar e fazer um trabalho mais enunciativo. Penso, Sandro, que a criação do nosso Ministério foi um passo importante nesse sentido. Integramos, pelo menos aqui, assistência social, segurança alimentar e nutricional, Bolsa Família e transferência de renda; e agora temos uma ênfase maior nas políticas de capacitação profissional. Não sei se foi por aí que você quis colocar a sua questão. Se não foi, a gente fica com o diálogo assim meio truncado, mas com o compromisso de continuá-lo.*

#### HELDER FERREIRA (IPEA)

O Ministério está de parabéns pela capacidade de execução orçamentária neste período todo, e a minha pergunta é nesse sentido. No MDS, quais os principais entraves para execução, ou seja, dentro de uma preocupação de reforma do Estado, o que precisa ser aprimorado para facilitar, para aperfeiçoar a gestão e o relacionamento com estados e municípios, o que pode ser feito para aprimorar a gestão do Estado?

#### RESPOSTA:

*Os entraves para a execução são muitos, viu, Helder. Mas estamos avançando. É isso que falei aqui. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, não por mérito meu, mas por mérito das pessoas que lá trabalham, merece um estudo sério de gestão. Nosso Ministério é um pouco como um besouro,*

*porque algumas pessoas já me disseram que o besouro não deveria voar, ele voa desafiando todas as leis da Física. O nosso Ministério também não deveria dar certo. Mil e quatrocentos para 60 milhões, presente em todos os municípios do Brasil, é um pouco demais. Então, é uma experiência extraordinária, e batemos no peito todos os anos — para não dizermos que somos os melhores, digo que estamos sempre entre os dois, três melhores da execução orçamentária de todos os anos. O desafio é este: aperfeiçoar as relações federativas. É difícil acertar com os estados e municípios que são diferenciados, uns têm maior compromisso social, maior compromisso ético, outros nem tanto. Enfim, há alguns desafios, mas acho que estamos avançando muito. Recentemente, o Ministério do Planejamento colocou o nosso Ministério também como o caso de melhor experiência na Esplanada em termos de gestão.*

NABIL MOURA KADRI (SAE)

Ministro, gostaria de fazer uma pergunta a respeito dos desafios do Ministério daqui em diante quanto às políticas sociais do governo. Conforme sua fala no início, temos um desafio grande de redução das desigualdades de riqueza, não só das de renda. Também conforme a sua fala, segundo a questão da poupança das famílias mais pobres, quais são os desafios que o senhor vê e as possibilidades de atuação de um Ministério como o MDS na redução das desigualdades de riqueza, não só das de renda, tendo em vista que a propensão marginal à poupança da

população mais pobre é baixa? Se eles não têm condições de fazer a poupança por si mesmos, qual é o papel de um Ministério como MDS na redução das desigualdades de riqueza e não apenas de renda?

RESPOSTA:

*O Nabil formulou uma questão que outras pessoas também fazem, que é a da desigualdade na distribuição da riqueza. Penso que o Ministério representa um grande avanço, como falei aqui, porque historicamente o dinheiro público no Brasil foi sempre privatizado, ele sempre pertenceu aos ricos. Vi muita gente falar comigo, e falam até hoje: "Esse dinheiro que vocês estão gastando na área social é muito, esse dinheiro tem que ir para a área econômica, para gerar empregos". É a velha lógica que diz que o que produz justiça social é o crescimento econômico. Se fosse assim, o Brasil seria um país justo hoje, crescemos muito no século XX, não distribuímos riqueza. Penso que temos alguns desafios, temos de fazer no Brasil, sim, uma reforma tributária vinculada aos princípios da justiça tributária. Quem pode mais paga mais. Quem pode menos paga menos. Quem não pode não paga, recebe, para contribuir no futuro. Porém, isso não depende só do governo, isso tem que ser um pacto. Qualquer reforma tributária é um sufoco no Congresso Nacional, imagina uma reforma tributária que incida realmente, de maneira mais vigorosa, na propriedade. Porque defendo historicamente, sempre defendi, dois princípios básicos: um deles, aliás, que faz parte da minha formação cristã, é o princípio da condição social da propriedade do grupo. O direito de propriedade é legítimo, é civilizatório, o mercado é importante, mas não pode ser desorganizado. Vimos que o mercado precisa ser disciplinado. O direito de propriedade*

*e a livre iniciativa, boas em princípio, não podem ser divorciadas, dissociadas, do bem comum, do interesse público, do interesse coletivo, do bem maior da sociedade. Então, o direito à propriedade abusivo — você ter hoje, por exemplo, propriedades especulativas, propriedades que não produzem, seja na área rural, seja na área urbana — isso me parece inaceitável, no século XXI, com as exigências sociais e ambientais que temos. Que a sociedade tem. Fico pensando que daqui a cem anos os nossos netos e bisnetos vão falar o que falamos hoje dos antigos senhores de escravos que queriam ser indenizados. Imagino que os nossos bisnetos, tataranetos, vão falar assim: “Olha, que coisa engraçada, no tempo deles as pessoas tinham o direito de ter uma propriedade que não trazia nenhum benefício público”. Você ter terra que não traz benefício público é um atraso. Os países capitalistas mais desenvolvidos já resolveram isso no começo do século passado. O princípio da função social da propriedade e do lucro está hoje consolidado nos países do chamado capitalismo mais desenvolvido.*

*Outra questão é a do lucro. Tem que ter lucro, sim, se não tiver lucro não tem expansão empresarial, não gera empregos, não incorpora novas tecnologias. O modelo estatizante fracassou. Agora, o lucro tem que ter limite também, e não é razoável que o empresário rico vincule a empresa para ter os benefícios empresariais no seu patrimônio. Então, ele põe na empresa o seu avião particular, o seu iate particular, a sua fazenda particular, as suas casas, os seus apartamentos, e não paga imposto sobre isso. Considero injusto. Claro que não vamos fazer isso à força. A democracia é um valor fundamental, temos que construí-la*

*pelo diálogo e colocar representantes no Congresso Nacional, no Poder Judiciário — mas seguindo essa nova dimensão. Não se trata de socialismo, mas de um capitalismo atento às necessidades maiores do interesse do País.*

MELISSA ANDRADE (IPC-IG)

Qual é a relação entre as políticas sociais no Brasil e a comunidade internacional? Acho que bastante significativo na experiência brasileira é justamente assumir a política social no nível mais alto de governo, o que é um exemplo até para outros países, especialmente no contexto africano, onde existe uma ortodoxia muito forte. O Estado não assume a política social como prioridade. Assim, acho que isso é o que se destaca dentro da experiência brasileira. Ao mesmo tempo, creio que existem experiências interessantes na comunidade internacional, como, por exemplo, no caso do Chile, onde existe uma base de dados extremamente avançada, diria que em alguns casos até mais avançada do que a base de dados brasileira. Existem algumas experiências interessantes, como no caso da Índia e da África do Sul, onde há programas de emprego público que estão criando um diálogo com os programas de transferência de renda. Então, a minha pergunta não é somente no sentido do que é que o Brasil tem compartilhado com a comunidade internacional, mas em termos do que a comunidade internacional tem promovido de

políticas inovadoras e em que medida e que tipo de lições o Brasil também tem que extrair delas para poder avançar nas suas próprias políticas sociais.

RESPOSTA:

*Melissa coloca a questão da relação internacional. Temos uma relação forte com o plano internacional. Melissa, estamos até mesmo aprendendo. Tínhamos uma forte relação de oportunidades com o México; com o Chile, que você mencionou, temos até hoje uma boa cooperação nessa parte de resultados, de monitoramento, de avaliação. A implantação da nossa Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação teve grande participação na nossa cooperação com o Chile; temos fortes relações com organismos internacionais, como o Banco Mundial, os organismos da ONU: FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), Unesco (Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura), e Pnud – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Você mencionou a Índia e a África do Sul: temos um programa específico para esses países, no contexto do Ibas. Estamos trabalhando muito com os países da África. Alguns países da América do Sul estão investindo, mas temos dificuldade com alguns. Por exemplo, não conseguimos acertar um acordo de colaboração social com a Venezuela, nem muito profundo com a Argentina – gostaria disso, porque eles têm certo preconceito com o Bolsa Família, eles acham que os nossos programas são ditados pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional. Com o Uruguai, por exemplo, temos uma relação ótima. O Uruguai está implantando o Bolsa Família. Então, o Brasil tem uma*

*opção muito própria. É singular a opção do Brasil. Isso que o presidente Lula conseguiu fazer, colocar as políticas sociais em lei, é algo admirável, porque a tradição na América Latina é do populismo, que é um pouco a dos nossos países irmãos que não vou citar aqui, e há um esforço grande na África. Agora é isso, país que se interessa tem que pôr dinheiro, de alguma forma. Estamos em uma tentativa de colaboração sofrida com o Haiti. É isso, estamos pelejando. Pé na estrada.*

#### LUÍS CÉSAR LOUREIRO DE AZEVEDO (IPEA)

De certa forma, o Brasil adotou uma atitude bastante corajosa tendo o Benefício de Prestação Continuada, que é um benefício assistencial, com o piso na mesma referência do sistema trabalhista, o salário mínimo. Em pouquíssimos lugares do mundo existe isso. É até normal que esses benefícios de cunho social tenham um valor menor que o trabalhista. Então, já se começa a constatar certa reação conservadora a essa posição adotada pelo Brasil, fazendo-se este tipo de crítica: “Está querendo inventar coisa, no mundo inteiro isso é muito diferente do que estamos fazendo aqui”. Gostaria de saber o que o Ministério está fazendo para articular, vamos dizer, de forma convincente, uma defesa para a manutenção dessa política no Brasil?

## RESPOSTA:

*Luís César, acho que você colocou um assunto importantíssimo. Ontem, discuti isso com o pessoal do Ministério. Vamos ter de enfrentar a questão do BPC (Benefício de Prestação Continuada), sim. É o setor conservador está “em cima”. Se somarmos com a renda mensal vitalícia, vai dar R\$ 22, R\$ 23 bilhões. Estamos trabalhando a focalização cada vez maior, vamos discutir também como estamos discutindo o Bolsa Família. É razoável integrar o BPC, pensando-o em outro modelo — por exemplo, devendo sempre manter vinculado ao salário mínimo, ao reajuste do salário mínimo. A reação é muito forte. De um lado, temos uma atitude meio ousada, para não falar outra coisa, do Poder Judiciário, que está ampliando muito. Eles estão definindo a linha de pobreza deles, o que é uma temeridade, porque daqui a pouco explode. E, na outra ponta, os setores mais conservadores, monetaristas, também doidos para tirar o BPC da história. É um desafio para nós.*

## ANTÔNIO JORGE RAMALHO (SAE)

Antes de mais nada, ministro, parabéns pela palestra, aliás, pelo trabalho que vem sendo feito. Já na apresentação do senhor, a instrumentalização do processo educacional. Educação cidadã. Os incentivos do Estado à execução dessas políticas servem também para conscientizar o cidadão dos seus direitos, dos seus deveres, e assim por diante. Nesse sentido, o senhor termina falando sobre



a questão ambiental. Gostaria que o senhor elaborasse algumas questões fundamentais, como: em que medida esses programas trazem e motivam o papel da educação ambiental? A preocupação com isso sei que existe, programa de catadores de lixo, por exemplo. Existe alguma preocupação de tornar as pessoas conscientes de sua responsabilidade já na concepção do programa ou não? Em segundo lugar, a questão da formação profissional. Em que medida o senhor enxerga esses programas também como instrumentos de educação das pessoas, não só para a cidadania, não só para conscientização de seus direitos e deveres, mas também para uma ação mais ativa, no sentido de se tornarem autônomas, independentes, quanto aos problemas futuros?

#### GONZALO ENRIQUEZ (SAE)

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o ministro pela sua apresentação, pelo trabalho que tem sido feito até agora, os dados são incontestáveis. Nesse sentido, o avanço das políticas públicas no combate à pobreza e à fome é fundamental para continuar esse ciclo de expansão coletiva, econômica e social. Do ponto de vista dos desafios, para mim fica uma questão, e acredito que a sua explanação seja fundamental. Fala-se muito da “porta de saída” – na verdade, como o senhor havia falado em outras oportunidades, é a porta de entrada a outras oportuni-

des que são fundamentalmente de transformar todo esse conjunto de seres humanos, que já são produtivos, que não vivem do assistencialismo, e trabalham certamente; novas oportunidades de trabalho para faixas sociais que ainda não estão incorporadas nesses setores. Lembro de ter ouvido em outras ocasiões que a superação da pobreza não passa apenas pelo salário e as condições econômicas, passa também por todo um conjunto de oportunidades que é necessário gerar e oferecer de forma estrutural e até de forma regional. Então, novas possibilidades devem ir nesse sentido. Gostaria de ouvir seu comentário sobre esse tema.

GLAUCE MARIA DA COSTA CAMPELLO (IPEA)

Pergunto em que medida o governo considera a possibilidade de transformar o Bolsa Família efetivamente num direito, como o Benefício de Prestação Continuada, compondo aí um sistema de garantia de renda? E gostaria ainda de saber se se considera a possibilidade de criar uma regra de reajuste dos benefícios, a fim de salvaguardar essa política.

A minha pergunta é um pouco como a da minha colega do Ipea, basicamente é pensar no futuro do Bolsa Família. O programa nasce como uma reforma no sistema já existente de transferência de renda, e fico pensando se não seria o momento de dar um passo mais adiante na perspectiva de redução da desigualdade no Brasil e propor algo mais audacioso e que revele todas as transferências que o Estado brasileiro faz para as famílias e para as famílias com crianças. Vemos ataques sistemáticos ao Bolsa Família, por induzir a preguiça, por desvio da finalidade precípua do programa, e esquecemos que a nossa classe média, os meus pais, por exemplo, descontavam do imposto de renda o que eles gastavam com a minha educação no ensino privado. Esquecemos que existe também o salário-família que os trabalhadores do setor formal, de baixo salário, mas que podem ser de famílias, recebem. Pergunto se não seria este o momento de a gente não só olhar para a transferência, mas olhar também para os impostos que financiam as transferências e para as outras transferências que não têm um caráter assistencial, mas que também são vinculadas à criança, e fazer uma grande reforma e mostrar o que o Estado subsidia às crianças de todos os brasileiros. E, nessa perspectiva, fazer uma reforma, algo, por exemplo, que o Uruguai acabou de fazer. Juntou-se o benefício previdenciário que já existia com o benefício “assistencial” que o programa *Panes* implementou em 2005, fazendo uma grande reforma,

estruturando algo que passa a ser uma política, uma perna da proteção social, que dessa maneira se livra dos ataques sistemáticos, por exemplo, de possível uso político do programa ou de gerar efeitos desnecessários. Então, a minha pergunta é nesse sentido, se há uma reflexão no Ministério sobre transformar o Bolsa Família realmente num outro critério da proteção social, junto com o BPC, numa perspectiva de um direito que seja universal, que seja para todos, mas que corrija desigualdades, ou seja, os pobres continuam recebendo benefícios maiores. Se colocarmos na ponta dos lápis, não sei até que ponto a classe média brasileira não recebe benefícios maiores para seus filhos, mas essa é uma conta que acho que ninguém está com vontade política de fazer.

RESPOSTA:

*Agora vou responder a algumas perguntas que seguiram a mesma linha, em relação ao Bolsa Família, os seus desafios daqui para a frente. Temos uma discussão muito boa nos ministérios sobre isso. Essa ideia de que os programas sociais tendem a acabar. Os países mais desenvolvidos do mundo, do ponto de vista social — por exemplo, os países escandinavos — continuam investindo, e muito, na área social. Na medida em que as pessoas, as famílias, as comunidades pobres vão melhorando as condições de vida, os problemas sociais também vão se integrando, vão interagindo, vão se universalizando, vão se aperfeiçoando e vão acompanhando a ascensão das famílias, das comunidades, na perspectiva que para mim é muito cara, de uma sociedade que assegure efetivamente, de fato e de direito, para todas as pessoas, desde o ventre materno, um patamar rigorosamente*

comum de direitos e oportunidades. Que todos tenham rigorosamente as mesmas chances diante da vida. Quero deixar claro aqui o nosso trabalho no Ministério: não estamos lá, esses 1,4 mil bravos que estão carregando esse Ministério e fazendo esse trabalho esplêndido, não estamos lá só para acabar com a miséria extrema não. O que nos motiva é o nosso olhar mais altaneiro, mais ousado, para frente, uma sociedade igualitária, democrática, que respeite e promova os direitos humanos, mas que afirme, de forma vigorosa também, os direitos sociais, econômicos, culturais, a dignidade da pessoa humana e a expansão da vida. Nesse sentido, estamos discutindo muito as perspectivas do Bolsa Família — por exemplo, vamos mantê-lo vinculado à linha da pobreza ou vamos avançar na perspectiva da desigualdade social? Independentemente da renda, os 20% mais pobres vão receber um benefício até que o País atinja um patamar decente de relações humanas, de igualdade. É claro, não se trata ainda de uma igualdade retilínea, igualdade de direitos, de oportunidades, de chances na vida. A questão do trabalho também. “Porta de saída” é uma expressão horrorosa, porque lá em Bocaiuva, o pessoal fala que “a porta de saída é serventia da casa”, para a pessoa incômoda, desagradável. Os pobres ficaram 500 anos excluídos, 500 anos na escravidão, sofrendo a concentração da terra. Aí, de repente, as pessoas falam assim: “Quando que essa gatinha vai sair daí? Esses incômodos, esses chatos, não querem progredir na vida”. Lembro quando lançamos o Bolsa Família, vocês lembram disso: “Eles vão tomar cachaça com esse dinheiro”. Hoje, a gente faz as pesquisas e o dinheiro está chegando lá para as crianças, elas estão comendo, estão morando melhor, estão melhorando de vida.

Na sua visão sobre o papel do Ministério, caso se consiga desenvolver o País do jeito esperamos para daqui a vinte anos, qual seria a evolução natural do Ministério do Desenvolvimento Social?

RESPOSTA:

*Não estou pensando em acabar com o Ministério não. Tem muita gente que acha que o Ministério é passageiro. Fizemos aqui um simpósio de desenvolvimento internacional, você vê o que a Suécia continua investindo hoje na área social. A igualdade de direitos e oportunidades exige uma vigilância permanente porque o ser humano gosta de puxar um pouquinho para si, então o Estado tem que estar sempre presente.*

A minha pergunta refere-se ao que poderia ser um desafio para o futuro e decorre de uma informação que recebi por e-mail. Como preparar as famílias para saírem com opções de trabalho e de renda dos programas sociais do governo, não só o Bolsa Família? Recebi um e-mail informando que 500 mulheres capacitadas em um curso de costureiras pelo CID Têxtil não quiseram registrar em carteira de trabalho as ofertas de emprego das empresas associadas. Soube que essas mulheres trabalhariam sem ser registradas para não perderem acesso ao Bolsa Família.

## RESPOSTA:

*O trabalho dá dignidade às pessoas, dá autoestima, segurança, é pelo trabalho que nos inserimos na vida social, é pelo trabalho que aportamos a nossa contribuição para o bem comum. O trabalho é um valor fundamental — aliás, acho que devemos dissociar o trabalho de remuneração. O trabalho tem uma dignidade em si, o ser humano se orgulha em trabalhar. Essa é uma dimensão importante. Mas há outra dimensão, José Maria, que é o seguinte: no Bolsa Família existe um conjunto de famílias que são muito pobres, gente que nunca teve chance na vida. Pessoas que no passado não tiveram os direitos e as oportunidades básicos. Temos ainda no Brasil, hoje, 11% de analfabetos. Imagina uma pessoa analfabeta hoje: terá muita dificuldade para trabalhar. Pessoa que nunca trabalhou, que está desempregada há muito tempo, pessoa que perdeu a autoestima, famílias em processo de desconstituição. Agora, trabalhamos também com trabalhadores de baixa renda. Quanto à questão do trabalho, o próximo passo é a relação com as empresas. Estamos dando grande prioridade ao trabalho, mas alguém lembrou aqui de outra dimensão: não podemos nos reduzir apenas ao valor econômico. Até separo o trabalho do econômico. A emancipação das famílias precisa de uma dimensão mais cidadã. Queremos formar trabalhadores, mas também cidadãos e cidadãs. Pessoas que tenham uma inserção na vida social. Pessoas que tenham um olhar mais alentado para o futuro, sobre a vida, sobre si mesmos. Queremos também alargar a consciência, a mente e o coração das pessoas com as quais estamos trabalhando.*





Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional  
SIG, Quadra 6, Lote 800  
70610-460, Brasília - DF, em maio de 2010  
Tiragem: 1.500 exemplares





